

**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE - PODER LEGISLATIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018**

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

<b><u>DESPESA COM PESSOAL</u></b>	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	121.841.678,28	-
Pessoal Ativo	117.321.052,18	9.099,96
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.520.626,10	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	3.383.095,79	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	709.265,15	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.673.830,64	-
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art. 57 da CF)	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) =(I-II)	118.458.582,49	9.099,96
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa+IIIb)		118.467.682,45
<b><u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u></b>		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		4.262.361.508,92
% do DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		2,78%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, Art. 20 da LRF) - <6% da RCL>		255.741.690,54
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <95% de 6% da RCL>		242.954.606,01
LIMITE DE ALERTA (inciso II, § 1º, art. 59 da LRF) - <90% de 6% da RCL>		230.167.521,48
FONTE: SOFIN 28/01/2019		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art 63 da Lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art 35 da Lei 4.320/64.

**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE - PODER LEGISLATIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DESMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018**

22RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$

<b><u>DISPONIBILIDADE DE CAIXA</u></b>	DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Demais Obrigações Financeiras	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	18.313.184,20		8.538,94		270.327,40		18.034.317,86	432.752,48	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	18.313.184,20		8.538,94		270.327,40		18.034.317,86	432.752,48	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	18.313.184,20		8.538,94		270.327,40		18.034.317,86	432.752,48	

**FONTE : SOFIN 28/01/2019**